

## Programa Analítico de Disciplina

### DIR 614 - Regulação da inteligência artificial e direito fundamental à proteção de dados pessoais

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2026

Número de créditos: 3

Carga horária semestral: 45h

Carga horária semanal teórica: 3h

Carga horária semanal prática: 0h

Semestres: I e II

#### Ementa

O direito fundamental à proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro  
Sistemas de IA e AM e seus impactos normativos  
Regulação de IA e regime jurídico de proteção de dados pessoais  
Articulando direito e tecnologia: proteção de dados by design

#### Conteúdo

| Unidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | T   | P  | To  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----|-----|
| <b>1. O direito fundamental à proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro</b><br>1. Concepções teóricas da proteção de dados<br>2. Natureza jusfundamental do direito à proteção de dados pessoais: modelos jurídicos norte-atlânticos e latino-americano<br>3. Contornos e âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais no sistema jurídico brasileiro                                      | 15h | 0h | 15h |
| <b>2. Sistemas de IA e AM e seus impactos normativos</b><br>1. Normatividade de artefatos tecnológicos<br>2. Noções introdutórias sobre IA e AM<br>3. Sistemas de IA e AM, Knowledge Discovery in Databases (KDD) e perfilamento automatizado: a emergência da computação preemptiva<br>4. Impactos normativos de sistemas de IA e AM no contexto do Estado de Direito contemporâneo                                                     | 10h | 0h | 10h |
| <b>3. Regulação de IA e regime jurídico de proteção de dados pessoais</b><br>1. Regulando juridicamente sistemas de IA e AM: lições da regulação da internet e experiências estrangeiras<br>2. Proteção de dados pessoais, direitos dos titulares e sistemas de tomada de decisão automatizada<br>3. Aplicação dos princípios da finalidade, adequação, necessidade e qualidade dos dados a sistemas de IA e AM: dilemas e convergências | 10h | 0h | 10h |
| <b>4. Articulando direito e tecnologia: proteção de dados by design</b><br>1. Proteção de dados pessoais, políticas públicas e sistemas de IA e AM: tecnorregulação ou proteção jurídica desde a concepção?                                                                                                                                                                                                                              | 10h | 0h | 10h |

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: K4XN.I5J3.OXCE

|                                                                                                                                                                    |     |    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----|-----|
| 2. Proteção de dados by design no ordenamento jurídico brasileiro<br>3. Direito fundamental à proteção de dados e a construção de sistemas de IA e AM contestáveis |     |    |     |
| Total                                                                                                                                                              | 45h | 0h | 45h |

Teórica (T); Prática (P); Total (To);

## DIR 614 - Regulação da inteligência artificial e direito fundamental à proteção de dados pessoais

| Bibliografias básicas                                                                                                                                                                                                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Descrição                                                                                                                                                                                                                                                               | Exemplares |
| ALPAYDIN, Ethem. Machine learning: the new AI. London: The MIT Press, 2016.                                                                                                                                                                                             | 0          |
| BARREDO ARRIETA, Alejandro et al. Explainable Explainable Artificial Intelligence (XAI): Concepts, taxonomies, opportunities and challenges toward responsible AI. Information Fusion, v. 58, p. 82–115, out. 2020.                                                     | 0          |
| BAYAMLIOGLU, Emre. The right to contest automated decisions under the General Data Protection Regulation: Beyond the so-called “right to explanation”. Regulation and Governance, [s.l.s.n.], p. 1-21, 2021.                                                            | 0          |
| BENNETT, Colin J.; RAAB, Charles D. The Governance of Privacy: Policy Instruments in Global Perspective. 1. ed. London-New York: Routledge, 2018.                                                                                                                       | 0          |
| BINNS, Reuben. Algorithmic Accountability and Public Reason. Philosophy and Technology, v. 31, n. 4, p. 543–556, 2018.                                                                                                                                                  | 0          |
| BYGRAVE, Lee A. Data Protection by Design and by Default: Deciphering the EU’s Legislative Requirements. Oslo Law Review, v. 1, n. 02, p. 105–120, 2017.                                                                                                                | 0          |
| COHEN, Julie E. Turning Privacy Inside Out. Theoretical Inquiries in Law, v. 20, n. 1, p. 1–32, 2019.                                                                                                                                                                   | 0          |
| CORTE, Lorenzo Dalla. A Right to a Rule: On the Substance and Essence of the Fundamental Right to Personal Data Protection. In: HALLINAN, D. et al. (Orgs.). Data Protection and Privacy: Data Protection and Democracy. Oxford: Hart Publishing, 2020. p. 27–58.       | 0          |
| CRAWFORD, Kate; SCHULTZ, Jason. Big Data and Due Process: Toward a Framework to Redress Predictive Privacy Harms. Boston College Law Review, v. 55, n. 1, p. 93–128, 2014.                                                                                              | 0          |
| CREEMERS, Niklas et. al. Profiling Technologies in Practice: Applications and Impact on Fundamental Rights and Values. Oisterwijk: Wolf Legal Publishers, 2017.                                                                                                         | 0          |
| DE HERT, Paul; GUTWIRTH, Serge. Privacy, data protection and law enforcement: opacity of the individual and transparency of power. In: CLAES, Erik; GUTWIRTH, Serge; DUFF, Antony (Eds.). Privacy and the Criminal Law. Antwerpen-Oxford: Intersentia, 2006. p. 61–104. | 0          |
| DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. rev ed. São Paulo: Atlas, 2014.                                                                                                                                                    | 0          |
| DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.                                                                                                                                                             | 0          |
| DONEDA, Danilo et al. (Coords.). Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.                                                                                                                                                                  | 0          |
| HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 2004.                                                                                                                                                               | 0          |
| HILDEBRANDT, Mireille. Legal and Technological Normativity. Techné: Research in Philosophy and Technology, v. 12, n. 3, p. 169–183, 2008.                                                                                                                               | 0          |

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: K4XN.I5J3.OXCE

|                                                                                                                                                                                                                                |   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| HILDEBRANDT, Mireille. Defining Profiling: A New Type of Knowledge? In: GUTWIRTH, Serge; HILDEBRANDT, Mireille (Coords.). Profiling the European Citizen: Cross-Disciplinary Perspectives. New York: Springer, 2008. p. 17-45. | 0 |
| HILDEBRANDT, Mireille. Legal Protection by Design: Objections and Refutations. Legsprudence, v. 5, n. 2, p. 223–248, 2011.                                                                                                     | 0 |
| HILDEBRANDT, Mireille. Smart Technologies and The End(s) of Law. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar, 2015.                                                                                                                   | 0 |
| HOEPMAN, Jaap-Henk. Privacy is hard and seven other myths: achieving privacy through careful design. Cambridge: The MIT Press, 2021.                                                                                           | 0 |
| HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria geral do direito digital: transformação digital – desafios para o direito. Trad. Italo Fuhrmann. Rio de Janeiro: Forense, 2021.                                                                | 0 |
| NARAYANAN, Arvind.; SHMATIKOV, Vitaly. Myths and fallacies of personally identifiable information. Communications of the ACM, v. 53, n. 6, p. 24–26, 2010.                                                                     | 0 |
| IHDE, Don. Technology and the lifeworld: from garden to earth. Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 1990.                                                                                                       | 0 |
| SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. rev., atual. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.                   | 0 |
| VAN OTTERLO, Martijn van. A Machine Learning View on Profiling. In: HILDEBRANDT, Mireille; DE VRIES, Katja (Orgs.). Privacy, Due Process and the Computational Turn. New York: Routledge, 2013. p. 41-64.                      | 0 |
| ZARSKY, Tal Z. Incompatible: The GDPR in the Age of Big Data. Seton Hall Law Review, v. 47, p. 995–1020, 2017.                                                                                                                 | 0 |

| Bibliografias complementares |  |
|------------------------------|--|
| Não definidas                |  |

# Syllabus

## DIR 614 - Regulation of artificial intelligence and fundamental right to personal data protection

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catalog: 2026

Number of credits: 3

Total hours: 45h

Weekly workload - Theoretical: 3h

Weekly workload - Practical: 0h

Period: I e II

### Content

The fundamental right to personal data protection in the Brazilian legal system

AI and AM systems and its regulatory impacts

AI regulation and the legal framework for the protection of personal data

Articulating law and technology: data protection by design

### Course program

| Unit                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | T   | P  | To  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----|-----|
| <b>1. The fundamental right to personal data protection in the Brazilian legal system</b><br>1.1. Theoretical conceptions of data protection<br>2. The jus-fundamental nature of the right to personal data protection: North Atlantic and Latin American legal models<br><br>3. Outline and scope of protection of the fundamental right to personal data protection under the Brazilian legal system | 15h | 0h | 15h |
| <b>2. AI and AM systems and its regulatory impacts</b><br>1.1. Normativity of technological artifacts<br>2. Introductory notions on AI and AM<br><br>3. AI and ML systems, Knowledge Discovery in Databases (KDD) and automated profiling: the emergence of preemptive computing<br><br>4. Normative impacts of AI and AM systems in the context of the contemporary rule of law                       | 10h | 0h | 10h |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |    |     |

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: K4XN.I5J3.OXCE

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |            |           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|------------|
| <b>3. AI regulation and the legal framework for the protection of personal data</b><br>1.1. Legally regulating AI and AM systems: lessons from internet regulation and foreign experiences<br>2. Personal data protection, data subjects' rights and automated decision-making systems<br><br>3. Applying the principles of purpose, adequacy, necessity and data quality to AI and ML systems: dilemmas and convergences | 10h        | 0h        | 10h        |
| <b>4. Articulating law and technology: data protection by design</b><br>1.1. Personal data protection, public policies and AI and ML systems: technoregulation or legal protection by design?<br>2. Data protection by design in the Brazilian legal system<br><br>3. The fundamental right to data protection and the construction of contestable AI and ML systems                                                      | 10h        | 0h        | 10h        |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>45h</b> | <b>0h</b> | <b>45h</b> |

Theoretical (T); Practical (P); Total (To);

## DIR 614 - Regulation of artificial intelligence and fundamental right to personal data protection

| Fundamental references                                                                                                                                                                                                                                                  |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Description                                                                                                                                                                                                                                                             | Copies |
| ALPAYDIN, Ethem. Machine learning: the new AI. London: The MIT Press, 2016.                                                                                                                                                                                             | 0      |
| BARREDO ARRIETA, Alejandro et al. Explainable Explainable Artificial Intelligence (XAI): Concepts, taxonomies, opportunities and challenges toward responsible AI. Information Fusion, v. 58, p. 82–115, out. 2020.                                                     | 0      |
| BAYAMLIOGLU, Emre. The right to contest automated decisions under the General Data Protection Regulation: Beyond the so-called “right to explanation”. Regulation and Governance, [s.l.s.n.], p. 1-21, 2021.                                                            | 0      |
| BENNETT, Colin J.; RAAB, Charles D. The Governance of Privacy: Policy Instruments in Global Perspective. 1. ed. London-New York: Routledge, 2018.                                                                                                                       | 0      |
| BINNS, Reuben. Algorithmic Accountability and Public Reason. Philosophy and Technology, v. 31, n. 4, p. 543–556, 2018.                                                                                                                                                  | 0      |
| BYGRAVE, Lee A. Data Protection by Design and by Default: Deciphering the EU’s Legislative Requirements. Oslo Law Review, v. 1, n. 02, p. 105–120, 2017.                                                                                                                | 0      |
| COHEN, Julie E. Turning Privacy Inside Out. Theoretical Inquiries in Law, v. 20, n. 1, p. 1–32, 2019.                                                                                                                                                                   | 0      |
| CORTE, Lorenzo Dalla. A Right to a Rule: On the Substance and Essence of the Fundamental Right to Personal Data Protection. In: HALLINAN, D. et al. (Orgs.). Data Protection and Privacy: Data Protection and Democracy. Oxford: Hart Publishing, 2020. p. 27–58.       | 0      |
| CRAWFORD, Kate; SCHULTZ, Jason. Big Data and Due Process: Toward a Framework to Redress Predictive Privacy Harms. Boston College Law Review, v. 55, n. 1, p. 93–128, 2014.                                                                                              | 0      |
| CREEMERS, Niklas et. al. Profiling Technologies in Practice: Applications and Impact on Fundamental Rights and Values. Oisterwijk: Wolf Legal Publishers, 2017.                                                                                                         | 0      |
| DE HERT, Paul; GUTWIRTH, Serge. Privacy, data protection and law enforcement: opacity of the individual and transparency of power. In: CLAES, Erik; GUTWIRTH, Serge; DUFF, Antony (Eds.). Privacy and the Criminal Law. Antwerpen-Oxford: Intersentia, 2006. p. 61–104. | 0      |
| DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. rev ed. São Paulo: Atlas, 2014.                                                                                                                                                    | 0      |
| DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.                                                                                                                                                             | 0      |
| DONEDA, Danilo et al. (Coords.). Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.                                                                                                                                                                  | 0      |
| HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 2004.                                                                                                                                                               | 0      |
| HILDEBRANDT, Mireille. Legal and Technological Normativity. Techné: Research in Philosophy and Technology, v. 12, n. 3, p. 169–183, 2008.                                                                                                                               | 0      |

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: K4XN.I5J3.OXCE

|                                                                                                                                                                                                                                |   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| HILDEBRANDT, Mireille. Defining Profiling: A New Type of Knowledge? In: GUTWIRTH, Serge; HILDEBRANDT, Mireille (Coords.). Profiling the European Citizen: Cross-Disciplinary Perspectives. New York: Springer, 2008. p. 17-45. | 0 |
| HILDEBRANDT, Mireille. Legal Protection by Design: Objections and Refutations. Legsprudence, v. 5, n. 2, p. 223–248, 2011.                                                                                                     | 0 |
| HILDEBRANDT, Mireille. Smart Technologies and The End(s) of Law. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar, 2015.                                                                                                                   | 0 |
| HOEPMAN, Jaap-Henk. Privacy is hard and seven other myths: achieving privacy through careful design. Cambridge: The MIT Press, 2021.                                                                                           | 0 |
| HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria geral do direito digital: transformação digital – desafios para o direito. Trad. Italo Fuhrmann. Rio de Janeiro: Forense, 2021.                                                                | 0 |
| NARAYANAN, Arvind.; SHMATIKOV, Vitaly. Myths and fallacies of personally identifiable information. Communications of the ACM, v. 53, n. 6, p. 24–26, 2010.                                                                     | 0 |
| IHDE, Don. Technology and the lifeworld: from garden to earth. Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 1990.                                                                                                       | 0 |
| SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. rev., atual. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.                   | 0 |
| VAN OTTERLO, Martijn van. A Machine Learning View on Profiling. In: HILDEBRANDT, Mireille; DE VRIES, Katja (Orgs.). Privacy, Due Process and the Computational Turn. New York: Routledge, 2013. p. 41-64.                      | 0 |
| ZARSKY, Tal Z. Incompatible: The GDPR in the Age of Big Data. Seton Hall Law Review, v. 47, p. 995–1020, 2017.                                                                                                                 | 0 |

| Complementary references |
|--------------------------|
| <i>Not defined</i>       |